

Curto prazo será mantido

Roberto Garcia

Correspondente

WASHINGTON — Porta-vozes de grandes bancos americanos afirmaram ontem que não pretendem colocar quaisquer obstáculos a uma nova extensão das linhas de crédito de curto prazo ao Brasil. A comissão de bancos que representa todos os credores externos privados do país não recebeu qualquer pedido nesse sentido mas foi informada que o Banco Central mandará um telex solicitando mais 60 dias de prazo no início da próxima semana.

As linhas de crédito num total aproximado de 15 bilhões de dólares financiam o comércio exterior do Brasil, especialmente as exportações do país. Os credores externos consideram que sua manutenção é importante para que o país consiga gerar os superávits comerciais necessários para pagar os juros da dívida.

Há pouco menos de dois meses, quando Francisco Gros, então presidente do Banco Central, pediu uma extensão dessas linhas por 60 dias, a comissão de bancos não considerou necessária sequer uma reunião especial para tratar do assunto. Limitou-se a transmitir o pedido brasileiro às centenas de credores do Brasil em todo o mundo, que renovaram os créditos automaticamente.

Na época, havia rumores de que muitos bancos iriam cortar substancialmente as linhas de crédito de curto prazo ao Brasil, em represália pela suspensão dos pagamentos de juros da dívida a médio e longo prazos. Apesar da grande guerra de nervos, aparentemente nenhum banco credor reduziu essas linhas ou tomou qualquer medida legal à sua disposição para exigir o pagamento.

Sinais lançados — Um membro da comissão de bancos credores afirmou ontem que, quando um novo pedido de extensão chegar a Nova Iorque, o mesmo procedimento adotado anteriormente será repetido. “Acho que não precisamos nem mesmo de uma reunião. Não convém a ninguém precipitar uma crise com o Brasil neste momento”, disse.

Outros funcionários de grandes credores externos dos países latino-americanos explicam que estão empenhados agora em conseguir o maior número de adesões ao pacote negociado com a Argentina no mês passado, para chegar à “massa crítica” de participação até 17 de junho próximo.

Tão logo concluem esse pacote, os bancos pretendem abrir as negociações com o Brasil. Os principais credores do país receberam sinais do governo Sarney de que estará em condições de mandar sua nova equipe de negociadores a Nova Iorque por volta dessa época. “Em meados de junho esperamos que a política econômica brasileira esteja suficientemente clara a fim de que nossas discussões possam ser encetadas num clima positivo e possam ser concluídas rapidamente, com um acordo satisfatório para todas as partes”, disse um deles.

Embora a decisão, tomada no início da semana pelo Citicorp, de dobrar suas reservas tenha criado muita confusão, até agora não ficaram claras as implicações para o Brasil dessa medida. Se outros grandes credores americanos imitarem a iniciativa do Citicorp, o quadro das negociações poderia mudar significativamente. Esses bancos iniciariam as discussões depois de ter admitido que uma parte substancial de seus empréstimos não será paga. Diante dessa posição, que está sendo considerada mais realista nos Estados Unidos, o Brasil teria então condições de pedir concessões substanciais em termos de prazo, de redução de juros e até de perdão de parte da dívida. Os bancos poderiam fazer essas concessões porque teriam criado reservas suficientes para custeá-las. Mas a troca dessas concessões, para assegurar que receberão pelo menos uma parte da dívida, esses credores poderiam também exigir uma política econômica muito mais consistente por parte do governo Sarney.